

ARQUITETURA COLONIAL OFICIAL
PAÇO IMPERIAL - PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO - CENTRO

Nos primeiros cem anos de existência da cidade, os governadores da Capitania do Rio de Janeiro, geralmente membros da poderosa família Sá ou seus prepostos, governavam de suas próprias casas. Em 1643, a Metrópole concordou em pagar um aluguel para o Governador Luís Barbalho Bezerra, que, empobrecido e doente nas lutas contra os holandeses no nordeste, não possuía condições de se manter. Com a morte de Bezerra, em abril de 1644, sua casa passou a ser a casa dos governadores. Era na rua da Candelária, defronte ao prédio onde hoje está a Associação Comercial. Em 1698, a Câmara adquiriu a grande casa de sobrado de Pedro de Souza Pereira e adaptou-a para sede do governo. Era exatamente onde hoje está o Centro Cultural do Banco do Brasil. Um sobrado na rua Direita, com doze janelas no pavimento e capela no térreo, onde depois de 1743 funcionou a Casa Real dos Contratos, até 1808. Sediou depois diversas repartições públicas até ser demolida em 1870 e substituída pelo prédio atual. No Largo do Carmo, no local onde surgiu o Paço, existiam desde o século XVII algumas casas térreas que pertenciam ao patrimônio do Convento do Carmo, sendo alugadas a terceiros. Em fins do século XVII, foram adquiridas pela Câmara e demolidas, subindo em seu local o Armazém Real, onde eram guardados os carregamentos de sal e açúcar, bem como, desde 1698, a Casa da Moeda, transferida da Bahia para o Rio de Janeiro no ano anterior.

Quando da ascensão de Gomes Freire de Andrade ao governo da Capitania do Rio de Janeiro, em 1733, ainda estava alojado o governador no sobrado da rua Direita. Achando-se mal acomodado, fez gestões junto à Metrópole para construção de nova sede governamental. Em 1738 chega ao Rio de Janeiro o engenheiro militar e Sargento-Mór (depois Brigadeiro) José Fernandes Pinto Alpoim. Gomes Freire logo o incumbiu de preparar a nova sede da Capitania. Alpoim aproveitou as construções existentes no Largo do Carmo, respectivamente os prédios do Armazém Real e Casa da Moeda, acrescentando-lhes um segundo pavimento, com janelas de sacada em arco abatido, novidade na colônia, tendo sido erguido mais um pavimento, o terceiro, dando para o Largo do Carmo, com quatro janelas. No térreo, manteve as janelas com vergas retas. Internamente, era o prédio ventilado por quatro pátios internos, ficando a área social e de trabalho no sobrado e voltadas para o mar, os aposentos para o Largo do Carmo e as dependências de serviço no térreo e sobrado, dando para a rua Direita. No térreo da fachada do Largo do Carmo continuaram a funcionar o Real Armazém e a Casa da Moeda até 1808. Foi todo o conjunto inaugurado em 1743 e inicialmente denominado nos documentos oficiais de “casa de governo”, haja vista uma lei do século XVII que proibia a construção de palácios em colônias de Portugal, estando tais residências apenas restritas a príncipes e nobres de sangue real.

Nos vinte anos em que funcionou como casa dos governadores, talvez o fato mais pitoresco ali ocorrido tenha sido o baile oferecido aos oficiais franceses da esquadra do Conde D' Aché, chegados ao Rio de Janeiro em setembro de 1757. O Conde ofereceu uma recepção a Bobadela num de seus navios. Bobadela, por sua vez, diplomaticamente, ofereceu outra na casa do governo. Os franceses ficaram decepcionados, pois ao chegarem na casa, descobriram que não haviam mulheres na festa, e sim alguns rapazes travestidos. Bobadela explicou-se, afirmando que o povo não permitia a saída de mulheres para tal festividade, tendo os franceses que se contentar com o que ele pôde conseguir. Guardadas as devidas proporções, foi o primeiro baile de travestis do Rio de Janeiro.

Com a transferência do Vice-Reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, em princípios de 1763, passaram os vice-reis a administrar a colônia do edifício no Largo do Carmo, que passou a ser conhecido então como o Paço, diminutivo lusitano de Palácio. O primeiro Vice-Rei, Conde da

Cunha, não gostou do prédio, tencionando sua transferência para o Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo, iniciativa gorada por sua substituição em 1767. Da administração do Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura, pouco sabemos, haja vista o precário estado de saúde deste dirigente, que ficou menos de dois anos no cargo. Quanto ao seu sucessor, o Marquês de Lavradio, sabemos que residia na rua de seu nome, aberta em 1771, numa casa ainda existente. Ou seja: provavelmente o Paço era mais usado como local de trabalho que residência oficial, o que foi referendado pela Família Real depois de 1808.

Com a chegada da Corte neste último ano, o prédio foi promovido a Paço Real, e era realmente utilizado como o palácio de despachos. D. João nele ficava nos horários da tarde, morando efetivamente em São Cristóvão. Só pernoitava no Paço quando as condições ou alguma cerimônia especial assim o exigia. Ainda em 1808 foi o Paço ligado ao Convento do Carmo por um passadiço, estabelecendo-se ali sua mãe, a Rainha D. Maria I, a Real Ucharia, o Real Gabinete de Física e, depois de 1810, a Real Biblioteca. A casa da moeda foi para um prédio na rua da Lampadza, onde existira o primeiro museu da cidade. Um outro passadiço foi construído, ligando o Paço ao antigo sobrado da Casa de Câmara e Cadeia, adaptada para acomodação de funcionários da Casa Real. Foi o Paço Real a primeira casa na América a acomodar um Rei europeu sagrado em nosso solo, pois foi D. João assim entronizado em 1818, numa cerimônia inédita e única ocorrida no Largo do Carmo, onde se montou enorme pavilhão para a cerimônia. Na fachada dando para o mar, foi construída em 1817 um corpo elevado, onde se colocou a sala do trono, a primeira das Américas. Colocou-se na mesma ocasião quatro colunas internas para suportar o novo pavimento (estas colunas foram retiradas na restauração de 1980). Quando o Rei jurou a nova Constituição portuguesa, em fevereiro de 1821, o povo não esperou sua carruagem atingir o Paço vinda de São Cristóvão. Cercaram-no ainda na rua Direita, retiraram-no de dentro e carregaram-no nas costas, em triunfo. O Rei, assustado, desmaiou pensando que iam matá-lo. Levado ao Paço, verificou-se que estava bem, exceto por seus objetos pessoais, que haviam desaparecido.

Foi no Paço que D. João VI transferiu ao filho, o Príncipe D. Pedro, o governo em 1821, dando o célebre conselho de que "...se o Brasil se libertar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que a qualquer um destes aventureiros...". Foi nele que a 09 de janeiro de 1822, o Príncipe recusou-se a voltar à Portugal, permanecendo no Brasil, atendendo às súplicas do povo, transmitidas ao jovem príncipe pelo Presidente da Câmara de Vereadores, o Juiz José Clemente Pereira. Teria dito o Príncipe: "...se é para o bem de todos, e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico. E recomendo a todos união e tranqüilidade...". Com este gesto simples, abriu o Príncipe o caminho para nossa Independência política.

No segundo reinado foi o Paço utilizado da mesma forma que antes, local para os despachos oficiais, residência eventual da Família Imperial e, ocasionalmente, local de hospedagem de visitantes ilustres. Sofreu grandes reformas em 1841/45, quando lhe acrescentaram platibandas (removidas depois), bem como tendo sido fechado um de seus pátios, convertido em salão dos "Archeiros do Paço". Mesmo depois destas reformas, conta-se que o Paço logo arruinou-se, bastando dizer que muitas de suas salas estavam já interditadas na década de setenta, com ameaça de desabamento. Isso não impediu que a Princesa Isabel Regente, na ausência de seu pai, o Imperador D. Pedro II, que estava na Europa em tratamento médico, nele assinasse a lei no. 3.353, a 13 de maio de 1.888, a Lei Áurea, que libertou os escravos no Brasil. Dezoito meses depois, do Paço saía para o exílio o Imperador deposto pelo movimento de 15 de novembro de 1.889, partindo a Família Imperial para a Europa na madrugada do dia 17, depois de dois dias de prisão domiciliar no velho Paço. Foi, sem dúvida alguma, o episódio mais dramático e o mais constrangedor da jovem República nascente.

A República não quis saber de utilizar o velho edifício para fins de sede do governo. Leilado o mobiliário interno do prédio em 1890, foi o mesmo cedido ao Ministério da Instrução e dos Correios, então dirigido por Benjamin Constant, e convertido em Repartição Geral dos Telégrafos, depois, dos Correios e Telégrafos, atividade que, com poucas alterações, manteve por oitenta anos. Quase demoliram o velho Paço em 1919, para ali se construir a nova sede do poder legislativo federal, idéia abortada pelo Senador Paulo de Frontin. Reformado em 1929 durante a Presidência Washington Luís, foi acrescido de mais um pavimento. O prédio foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em abril de 1938, eliminando assim cogitações por sua demolição, tão desejada por famosa autarquia federal que almejava ali levantar sua sede geral.

Em 1980 o então prédio da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos foi permutado com o Ministério da Cultura, sendo submetido a uma restauração integral pelo arquiteto Glauco Campello do SPHAN, que lhe restituiu as formas de 1818. Foram retirados todos os acréscimos, reconstituindo-se assim a ambiência primitiva. Reinaugurado em 1985, foi convertido em centro cultural, o primeiro no centro da cidade, ponto de partida da revalorização da área central do Rio de Janeiro, tarefa que continua a acontecer no século XXI. No mês de outubro de 1987, ocorreu o último episódio político no Paço, quando um agitador à mando de determinada facção política bateu com uma picareta no vidro no ônibus que conduzia o então Presidente da República, José Sarney, que ia inaugurar uma exposição. O Presidente nada sofreu além do susto, o que não deixa de ser um final feliz, porém, até melancólico para um prédio histórico que foi palco das mais importantes decisões brasileiras em duzentos anos.

ANTIGA CASA DO TREM, ATUAL MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Quando em 1567 Mem de Sá transferiu a cidade do morro Cara-de-Cão para o do Castelo, logo surgiu a primeira rua, justamente a ladeira que descia do alto para a várzea. Inicialmente denominada de “Ladeira da Sé”, haja vista que iniciava defronte à Matriz de São Sebastião, no topo do morro, foi rebatizada em 1583 de Ladeira da Misericórdia, haja vista na sua base ter sido fundado o hospital da Misericórdia pelo Padre José de Anchieta, com o fito de atender os doentes de peste da esquadra espanhola de Diogo Flores Baldez, que aportara ao Rio em março daquele ano.

O hospital foi depois muitas vezes reconstruído, datando o prédio atual de fins do século XVIII, sendo que, a capela de Nossa Senhora de Bonsucesso, fundada em princípios do século XVII, foi reconstruída em 1760, em estilo Barroco Jesuítico, segundo projeto do engenheiro militar e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Um pouco mais adiante, existia uma fortificação que datava dos primórdios da cidade, o Forte Santiago. Segundo algumas fontes, fora erguido ainda pelos franceses de Villegaignon em 1555, de taipa, depois refeito em pedra pelos portugueses. Seu valor militar foi pequeno e, no século XVII, tomou-se prisão de escravos e local de aplicação de castigos corporais, ganhando o triste apelido de calabouço. Desta fortificação ainda existe uma parede em pedra, incorporada ao edifício do Museu Histórico.

Na metade do século XVIII, estando iminente uma guerra entre Portugal e Espanha, com reflexos nas colônias americanas, ordenou o Governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, a construção de um arsenal no Rio de Janeiro. No ano de 1762, nos fundos do Forte Santiago, foi fundada a “Casa-do-Trem”, um grande sobrado para guarda de armamentos. “Trem” era o terno lusitano para apetrechos de guerra, nada tendo a ver com ferrovias, ainda inexistentes àquela data.

No ano seguinte, em 1763 a Côrte portuguesa resolveu transferir o Vice-Reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, sendo então nomeado o primeiro Vice-Rei para o Rio, D. Luís Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, militar de prestígio que logo sentiu a necessidade de melhor resguardar a cidade. Fundou um arsenal de marinha na base do morro de São Bento e mandou ampliar a Casa-do-Trem, segundo projeto do engenheiro militar suíço Jean Jacques Funck. As obras arrastaram-se por alguns anos, somente encerradas em 1770, na gestão do Vice-Rei D. Manuel de Portugal, Marquês de Lavradio. Basicamente é o prédio que ainda está lá. O acesso era feito por mar, cujo portão conduzia a um pátio empedrado denominado “da Minerva” (Deusa Romana da Guerra). As instalações envolviam-se por outros três pátios, cuja função era permitir o arejamento dos ambientes, principalmente os destinados a abrigar explosivos.

Alguns anos depois, em 1792, prestou-se o prédio a um ato lúgubre. Em uma de suas salas no térreo, foi esquartejado à machado os restos mortais do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), que fora enforcado a 21 de abril por sua participação na Conjuração Mineira.

Em 1808, com a chegada da Família Real, ali passou a ser o Arsenal de Guerra da Côrte. Dois anos depois, sediaram no prédio a primeira Academia Militar, transferida em 1817 para o Largo de São Francisco. No Império, produziu o Arsenal de Guerra muitas armas para o exército, além de possuir afamada fundição artística. Nos primeiros anos da República, foi palco do dramático atentado tramado em 05 de novembro de 1897 contra a vida do Presidente Prudente de Moraes, e que resultou na morte de seu Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt. Com a expansão da cidade, ficou perigosa a permanência de um arsenal em área urbana, o que levou sua transferência para São Cristóvão nas primeiras décadas do século XX. Quando em 1920 o Presidente Epitácio Pessoa incumbiu o Prefeito Carlos Sampaio da realização de uma Exposição Internacional destinada a comemorar o Centenário da Independência do Brasil, em 1922, decidiu o Prefeito pelo arrasamento do morro do Castelo e realização da dita exposição naquele sítio. Arrasado o morro com jatos d'água e realizado grande aterro fronteiro para construção de diversos pavilhões, resolveu-se aproveitar o prédio da velha Casa-do-Trem como um dos pavilhões, sendo o prédio extensamente reformado pelos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Couchet para virar um palácio neoclonial (apesar do prédio ser, efetivamente, uma construção colonial!), destinado a sediar as “Grandes Indústrias”. A reforma foi feita e a exposição se realizou conforme o previsto.

Desde 1913 o intelectual cearense Gustavo Dodt Barroso propugnava pela criação de um legítimo museu de história nacional. Barroso, de formação militar, era grande conhecedor de armas, numismática, uniformes, mobiliário e arte, sendo talvez o primeiro grande especialista em arte brasileira, em especial a do período colonial. Em outubro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa criou por decreto o Museu Histórico Nacional, nomeando Gustavo Barroso seu diretor. Foi instalado em algumas salas do térreo da velha Casa-do-Trem, tendo, nos anos seguintes, sido continuamente expandido graças à tenacidade de seu diretor. Em 1934 Barroso fundou o primeiro curso de museus da América Latina, que funciona até hoje. Igualmente redigiu manuais de museologia e museografia, pioneiros, que foram tão bons ao ponto de alguns conceitos ainda serem válidos setenta anos depois de escritos. Ainda em 1934, Barroso fundou a Inspetoria de Monumentos Nacionais, que, por três anos restaurou muitos monumentos em Minas Gerais até a fundação do SPHAN em 1937.

Malgrado dois pequenos períodos, Gustavo Barroso dirigiu o Museu Histórico Nacional de 1922 até sua morte, em 1959. Ao morrer, deixou aos pósteros o mais rico museu histórico da América Latina, contabilizando em suas duzentas mil peças toda a história Nacional. Em 1960, foi-lhe adossado o acervo do Museu da República, que se tornou órgão independente em 1983.

Depois de esquecido por alguns anos, entrou em obras neste último ano, sendo reaberto dois anos depois totalmente recuperado.

Seu acervo, para fins didáticos, foi dividido em módulos: "Colonização e Dependência", "Memória do Estado Imperial", "Expansão, Ordem e Defesa", e o último, "No tempo das Carruagens". Realiza igualmente o museu importantes exposições periódicas, de alto nível e bem organizadas. Recentemente, conservadores do Museu do Louvre declararam ser o nosso Museu Histórico Nacional dos estabelecimentos museológicos mais didáticos do mundo. Presentemente, uma recente reforma está removendo os feios acréscimos da Exposição de 1922, devolvendo ao edifício sua forma original.

AQUEDUTO DA CARIOCA - LAPA - SANTA TERESA

O Aqueduto da Carioca, mais conhecido como "Arcos da Lapa", representou a mais importante e útil obra realizada pelos portugueses durante o Período Colonial na cidade do Rio de Janeiro.

Dos muitos rios e córregos existentes na cidade do Rio de Janeiro, desde 1503 os portugueses já haviam eleito as águas do Rio Carioca como das mais puras para se beber. Ao que consta, a mesma opinião era compartilhada pelos índios, que afirmavam ficarem bonitas as mulheres que nelas se banhavam. Também corria a lenda que quem bebesse de suas águas ficava com boa voz para cantar. O nome "Carioca" fora dado por volta de 1503, quando, num de seus braços próximo ao morro da Viúva os portugueses edificaram uma casa de feitoria, apelidada pelos índios tamoios de "Cari-Óca" ("Casa de Branco"). Onde existiu essa casa, desaparecida já no século XVII, hoje está um prédio moderno na atual esquina da rua Cruz Lima com a Praia do Flamengo.

No século XVII, os índios apanhavam água na nascente do Rio Carioca, lá no Silvestre, na falda do Corcovado, e levavam-na para vender na cidade, aos brados de !! (água, água em tupi). Ainda no mesmo século tal serviço passou a ser feito por negros escravos com idêntico brado. A sua nascente ainda hoje tem o romântico nome de "Mãe D`Água", que é a tradução do primitivo tupi "Iara".

Datam ainda das primeiras décadas do século XVI as primeiras tentativas de canalizar essa água até a cidade. A Câmara de Vereadores tentou contratar um serviço de canalização, mas usaram canos de madeira, que, por motivos óbvios, apodreceram. Chegou a ser erguida enorme caixa d`água onde hoje é a esquina de rua Treze de Maio com a Senador Dantas. A guarda que tomava conta de tal água era formada por velhos e estropiados, daí o apelido inicial dessa via, que era conhecida como "Rua da Guarda Velha", tomando o nome atual de "treze de Maio" após a Abolição. No local da caixa está hoje o bonito prédio do "Cordão do Bola Preta".

Em fins do século XVII reiniciaram as obras, mas com a necessidade de investimento em fortificações, tudo parou por mais cinquenta anos. Após a invasão francesa de 1711, ficou patente a necessidade de se possuir um sistema de canalização que abastecesse a cidade, que, se fosse cercada por tropas inimigas, ficaria sem água.

No ano de 1712 apresentou um projeto de enorme aqueduto em alvenaria de pedras o engenheiro Manuel dos Reis Couto, tendo o Governador Francisco Xavier de Távora reiniciado as obras. Para obtenção de verbas, criou-se um imposto sobre os barris de vinhos importados de Portugal, que se chamou de "subsídio literário".

Em 1719 as obras ganharam novo alento com a gestão do Governador Ayres de Saldanha e Albuquerque (1719-26), que substituiu a mão de obra escrava por índios assalariados emprestados pelos jesuítas. Esses índios recebiam alguns tostões, bem como tecido para roupas. O Rei de Portugal D. João V (1707-50) diversas vezes admoestou Ayres de

Saldanha para que parasse as obras e investisse o imposto arrecadado em fortificações, mas Saldanha, corajosamente ignorou as ordens régias e levou-as adiante haja vista a necessidade de água na cidade.

Já em 1726 era inaugurado o novo aqueduto, que, sob todos os aspectos, era espetacular e lembrava muito o que D. João V estava erguendo em "Águas Livres", Lisboa. Começava no Silvestre, com enorme caixa d'água de alvenaria que ainda existe próximo da nascente do Carioca, no final da atual rua Almirante Alexandrino, descia então um cano com dois metros de altura, todo em pedra e que ocupava um lado completo da rua(existem trechos dele ainda hoje), passava por debaixo da capela do Destêrro(hoje Convento de Santa Teresa, inaugurado em 1750), daí o cano prosseguia por arcos de alvenaria até o morro de Santo Antônio, onde, depois de abastecer o convento franciscano, o cano descia por rampa até o Largo que depois se chamou "da Carioca", terminando em formoso chafariz barroco de pedra com dezesseis carrancas de pedra que vertiam água.

Alguns anos depois, em 1738, o General Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, Governador da Capitania do Rio de Janeiro(1733-1763), mandou ampliar o aqueduto por intermédio de seu engenheiro, o Sargento Mór José Fernandes Pinto Alpoim, que deu as dimensões atuais do monumento, com quarenta e dois enormes arcos de alvenaria que sustentavam o poderoso cano de pedra. Terminou a reconstrução em 1744, tendo Gomes Freire inaugurado uma placa de mármore num sopé do aqueduto a qual ainda lá se acha.

Pequenas obras continuaram a ser feitas até a administração do Vice Rei Conde de Rezende(1790-1801), onde foi coberto o dito cano d'água por lage de pedra. Já depois da Independência, o velho chafariz do Largo da Carioca foi demolido em 1830, sendo substituído por um de madeira que pouco durou, sendo depois erguido em 1840 outro chafariz de pedra, com quarenta torneiras, que durou até 1926, sendo então definitivamente arrasado. Ficava exatamente onde hoje está o respiradouro da estação do Metrô-Carioca, perto do edifício da Caixa Econômica Federal.

Foi o aqueduto muito reformado em 1878 quando então ampliaram um dos arcos, justamente o que passava sobre a Rua dos Arcos, para melhorar o trânsito. Em 1906 ampliaram o outro arco sobre a Avenida Mem de Sá, que então estava sendo aberta pelo Prefeito Francisco Pereira Passos(1902-06). O Governador Carlos Lacerda restaurou esses arcos às dimensões originais em 1965.

Tão resistente era o aqueduto que foi transformado em 1896 em viaduto de bondes da Companhia Ferro Carril Carioca, passando o primeiro bondinho elétrico pelos arcos a 01 de setembro. Desde aquela época deixou de transportar água. Durou 170 anos como aqueduto. Hoje, 104 anos depois, o aqueduto, agora viaduto, ainda os suporta.

No ano de 1938 o SPHAN tombou os "Arcos da Carioca". Mesmo assim, alguns anos depois urbanistas pouco afeitos à nossa história propuseram sua demolição conjuntamente com o arrasamento do Morro de Santo Antônio, quando então enfrentaram resistência decisiva do Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, o engenheiro-arquiteto Firmino Fernandes Saldanha(1906-1985), que sagrou-se vencedor depois de longa batalha judicial. Ironia das ironias, Saldanha descendia em linha direta do Governador Ayres de Saldanha e Albuquerque, o homem que tornou os arcos uma realidade.

CHAFARIZ DE MESTRE VALENTIM - PRAÇA XV

O primeiro chafariz do Rio de Janeiro foi inaugurado em 1726 pelo Governador Ayres de Saldanha e Albuquerque no Largo da Carioca. Esta obra coroou os esforços de mais de cem anos na luta pelo abastecimento de água da cidade, até então precaríssimo. Até aquela época,

os escravos apanhavam água na nascente do Rio Carioca, no Silvestre e vendiam-na na cidade por altos preços. Deste primeiro chafariz puxaram diversos ramais, que abasteceram os outros que depois se fizeram no Largo do Paço. Em 1747, o Governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, mandou erguer o primeiro chafariz no Largo do Paço, mais ou menos onde hoje se encontra o monumento ao General Osório. Era de mármore de Lióz, cuja planta proviera de Lisboa. Mais decorativo que funcional, não durou muito, sendo quebrado pelos aguadeiros que nele iam buscar a preciosa linfa.

Em 1779, o Vice-Rei Luís de Vasconcellos e Souza ordenou a construção de novo chafariz no Largo do Paço, obra que não só abastecesse a cidade como aos barcos que ali aportavam. Na mesma época, seria construído um cais em pedra retificando o Largo, cujo projeto estava esboçado desde 1713, mas que nada se fizera até aquele momento. Incumbiu dessa missão o engenheiro militar Jean Jacques Funck, que projetou o novo cais em pedra, com escadas e rampas, e fez, ao menos, dois esboços para um novo chafariz colado ao dito cais de acostamento. Quanto a estes últimos, o primeiro esboço mostrava um chafariz horizontal, à semelhança do que fora feito no Largo da Carioca. O segundo esboço, executado em 1780, era de um chafariz vertical, feito em pedra, donde a água escorria por conchóides e baleias dispostas artisticamente pelos lados.

Parece que o Vice-Rei não gostou dos dois desenhos, e teria então encomendado um terceiro ao Mestre Valentim da Fonseca e Silva, que se baseou no segundo esboço de Funck, mas alterou-o substancialmente nos detalhes. É este o desenho que foi aprovado e executado. Construído em gnaisse facoidal, com detalhes em mármore de Lióz, foi coroado com um mirante e pirâmide. Dele saíam água por três conchóides, ficando no muro do cais duas outras saídas para abastecimento dos navios. Por algum motivo a obra se atrasou muito, sendo apenas entregue ao uso em 29 de abril de 1789. Numa placa de mármore adossada ao monumento, era louvada a figura de D. Luís de Vasconcellos e da Rainha D. Maria I, a quem o monumento era dedicado. Em estilo barroco e com fachadas curvilíneas, era de grande expressividade plástica e impressionou muito os visitantes que desde os fins do século XVIII descreveram-no com entusiasmo.

Seria de uma escada lateral ao dito chafariz que o Príncipe D. João desembarcou no Largo do Paço, num festivo 08 de março de 1808, para uma longa permanência de 13 anos. Por esta mesma escada partiria choroso para Portugal. Por outra próxima, seu filho, o Imperador D. Pedro I partiria para o exílio a 07 de abril de 1831 e, por sua vez, por ali igualmente D. Pedro II sairia destronado na madrugada de 17 de novembro de 1889. Serviu de tribuna ao político republicano Lopes Trovão, quando da revolta popular em janeiro de 1880 pelo aumento das passagens de bondes (Revolta do Vintém). Quanto ao cais, foi aterrado em 1838 pela Regência, haja vista o assoreamento da praia. Sofreria outros cinco aterros até 1906, quando o ganhou os contornos definitivos, afastando o mar do velho chafariz.

O chafariz forneceu água até 1896, com o desmonte do Aqueduto da Carioca, ficou como o monumento inerte do passado até 1975, quando uma obra da CEDAE restaurou por alguns anos o fornecimento de água. Transformado por isto em banheiro de mendigo, foi restaurado em 1985, sendo-lhe restituído à luzo velho cais colonial, sem, no entanto, conseguir-se restituir sua primitiva função de verter água. Esta obra não deu certo e novamente o chafariz tornou-se pouso de desocupados e banheiro público.

Submetido a grandes obras em 1995, foi-lhe recomposto outra parte do velho cais, que agora ficou à mostra graças às obras de abertura da passagem subterrânea de veículos (apelidada de "buraco do Conde"), que lhe desobstruiu a fachada voltada para o mar.

Ainda é uma meta do IPHAN torná-lo a verter água, se possível, pelos antigos canos coloniais de pedra, que em grande parte ainda existem no subsolo da rua Sete de Setembro. O monumento é tombado pelo IPHAN.

CHAFARIZ COLONIAL - RUA DA GLÓRIA

No princípio da rua da Glória existe um chafariz colonial, atualmente bastante depredado e não vertendo mais água, ostentando uma cartela em mármore de Lióz com dizeres em latim, cuja tradução é a seguinte: “A Luís de Almeida, Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil, refreados do estuante mar os arremessos com a construção de um ingente cais, aumentadas as rendas e a dignidade do Conselho, reparados os edifícios públicos, feitos mais cômodos os caminhos, nivelados com o corte das elevações, renovada a cidade, ao seu conservador o Senado e o povo do Rio de Janeiro ergueram em 1772”. Este elegante chafariz, possuidor de ricos detalhes em gnaiss, no estilo barroco, é tombado pelo IPHAN e estava a merecer uma restauração em regra. Seu plano é atribuído ao engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria.

PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

Até 1779, existiu, no local onde hoje está o Passeio Público do Rio de Janeiro, a Lagoa do Boqueirão, de águas salgadas e rasas, e que era citada em vários documentos antigos. Neste último ano, assume o Vice-Reinado no Rio de Janeiro D. Luís de Vasconcellos e Souza, depois Conde de Figueiró. D. Luís governava sob estado de cama política, haja vista que dois anos antes Portugal e Espanha assinaram tratado de paz, acabando com disputas fronteiriças nas colônias. Portanto, em vez de gastar o dinheiro oriundo das lavras de Minas Gerais reconstruindo velhas fortificações, destinou-o a embelezar a cidade.

Até aquela data o Rio de Janeiro não possuía praça alguma arborizada, o que forçava a população a retirar-se das ruas das 12:00h às 17:00h, pois ninguém agüentava o calor. Resolveu então D. Luiz fazer uma praça arborizada, à semelhança do Passeio Público de Lisboa. Contratou para tal Mestre Valentim da Fonseca e Silva, genial mulato mineiro e que já desde 1774 trabalhava em diversas obras na cidade. Mestre Valentim coordenou o arrasamento de um pequeno morro, o das “Mangueiras”, mais ou menos onde hoje está a rua das Marrecas, jogando a terra na Lagoa do Boqueirão, obtendo assim um terraplano com mais de 5.000m², onde foi feito o jardim. Em continuidade às obras, foi retificada a rua do Passeio e aberta a rua das “Belas Noites”, atual Marrecas.

Em 1783 era o conjunto inaugurado. O Passeio Público era circundado por alto muro caiado (substituído em 1860 por grades), donde se entrava por belo portão em bronze artístico, encimado pelas efígies da Rainha D. Maria I e D. Pedro III, seu esposo. Dentro, várias ruas retilíneas se entrecruzavam à francesa, com árvores brasileiras bordejando as alamedas. Próximo ao mar, existia um chafariz duplo, que dava uma das faces para o jardim e outra para um terraço. Na face para o jardim, que era a mais interessante, havia uma árvore esculpada em metal, possivelmente bronze, aves diversas do mesmo material e dois jacarés em bronze que jorravam água. Possivelmente, Valentim inspirou-se na própria fauna que existia nas lagoas do Rio. Na face sobranceira ao terraço, existia a escultura de um menino em bronze, segurando um cágado de onde corria jorro d'água até uma barrica. Encimava o conjunto o dístico: “Sou útil inda brincando”. No terraço, calçado em pedra formando quadrículas em preto e branco e com muro recoberto por azulejos, ergueu Valentim dois pavilhões octogonais, em cujo interior colocou decorações ao gosto rococó. Nos tetos internos de cada pavilhão, existiam painéis decorativos, um feito com conchas, outro com penas. Ambos os painéis foram executados por artistas com mesmo nome, Francisco Xavier, mas que o povo os alcunhava de “Xavier das

Conchas” e “Xavier dos Pássaros”. Existiam ainda nos pavilhões dezesseis pinturas à óleo em molduras elipsoidais, executadas pelo artista nacional Leandro Joaquim. Uma série de oito tratavam de paisagens e fatos ocorridos na cidade. Outra sobre o que se produzia por aqui.

Na rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, defronte à das Belas Noites, ergueu Valentim outro chafariz, que ficou conhecido como “Das Marrecas”, pois compunha-se de uma êxedra encimada pelas estátuas em vulto redondo e liga de bronze da Ninfa Eco e Caçador Narciso. O bebedouro central, em pedra, era alimentado por cinco marrecas de bronze.

Ganhou fama o jardim ainda em época da colônia, pois o Vice Rei Conde de Rezende, mandou ainda em 1791 colocar próximo ao terraço duas pirâmides em gnaiss, feitas pelo próprio Valentim, com medalhões em mármore de Lióz, e dísticos em português: “À Saudade do Rio” e “Ao Amor do Público”.

Com a vinda da Côrte, em 1808, entrou o Passeio Público em decadência, malgrado a Imperatriz Leopoldina dele haver se dedicado enquanto viveu entre nós. Em 1840 roubaram o menino de bronze do chafariz do terraço. Substituíram-no por um de chumbo, cujo copista adicionou ridículas asas de borboleta à criança, transformando-o de anjinho que era, em figura híbrida. O coqueiro de bronze do chafariz interno igualmente desapareceu, sendo substituído por um busto em mármore da Rainha D. Maria I (roubado recentemente). Houve época em que até carneiros pastavam tranqüilamente no Passeio Público. Em 1856 decidiu a Câmara de Vereadores por sua restauração, contratando-se na França o arquiteto Auguste Marie François Glaziou. Em quatro anos Glaziou remodelou integralmente o jardim. Substituiu muitas árvores nacionais por importadas, plantando dois renques de palmeiras reais próximos ao terraço (derrubadas em 1922), plantou muitas figueiras, palmeiras, casuarinas, etc. Substituiu os pesados muros por grades artísticas, derrubou os dois pavilhões e ergueu outros, onde instalou bares (das 16 pinturas internas, sobraram seis que estão nos Museu Histórico nacional e Museu Nacional de Belas Artes, da série das paisagens da cidade). Colocou estátuas de ferro fundido em seus jardins, colocou um lago central, com repuxo (hoje modificado) e alterou todo o traçado das alamedas, que deixaram de ser retilíneas, adotando um traçado curvilíneo, mais ao gosto do Romantismo europeu. Em verdade, na época estavam na moda os jardins ingleses, de traçado irregular e plantas exóticas, e Glaziou era homem bem informado quanto às novas tendências no paisagismo.

Reinaugurado em 1860, tornou-se o Passeio Público um modelo para os jardins cariocas, que foram todos, à partir daquela época, refeitos por Glaziou. Dali não houve grandes alterações no Passeio até fins do Império. Somente o chafariz das Marrecas, na rua dos Barbonos, veio a ser demolido para se ampliar um quartel já na República, em 1896, indo as esculturas da Ninfa Eco e Caçador Narciso para o Jardim Botânico. As Marrecas hoje estão no Museu da Cidade. Só sobraram duas, e não são as originais (até, porque, são patos...), haja vista que estão datadas de 1886.

Na administração Pereira Passos, o Passeio Público passou por grandes remodelações executadas pelo Diretor do Serviço de Parques Jardins, Caça e Pesca, Dr. Júlio Furtado. Alargou-se a rua do Passeio, cortando-se muitas árvores do jardim, colocou-se um feio chafariz em seu interior (retirado em 1938) e construiu-se um aquário interno (também demolido posteriormente). Quanto ao terraço, sofreu grandes obras e aterrou-se a praia fronteira, fazendo-se a pista da avenida Beira Mar, que avançou 33 metros na baía. À partir dessa época, ficou moda colocar bustos de personalidades nos jardins do Passeio, indo do próprio Mestre Valentim, cuja hema foi inaugurada em 1913, passando por Júlia Lopes de Almeida, Rondon, Irineu Marinho e outros, quase todos sem relação com o parque.

Em 1920/22, na administração Carlos Sampaio, sofreu o Passeio Público novas obras que alteraram-lhe a fisionomia. Destruiu-se o terraço de pedra que datava da época de Mestre Valentim e os dois pavilhões erguidos por Glaziou em 1858/60, bem como os dois renques de palmeiras reais, sendo substituídos por dois grandes prédios em estilo neocolonial projetados pelo arquiteto Archimedes Memória: um cassino (o “Beira Mar” e um restaurante, ligados por uma pérgula que enclausurou o chafariz do Menino de Mestre Valentim. Ficou essa obra de tão mau gosto, que já em 1924 era posto abaixo a pérgula.

Na era Vargas, recebeu o Passeio Público melhores atenções. Se por um lado foi novamente o jardim diminuído, por ter-se ampliado a rua do passeio em 1936, por outro lado, demoliu-se no mesmo ano os dois feios pavilhões erguidos no lugar do terraço por Carlos Sampaio em 1920/22. Em 1938, foi o Passeio Público tombado pelo SPHAN (então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Getúlio Vargas em novembro de 1937), tendo o Prefeito Henrique de Toledo Dodsworth ordenado sua integral restauração. O arquiteto do SPHAN Carlos de Azevedo Leão refez o terraço de pedra (sem os pavilhões), restaurou o portão original com a colocação das efígies de D. Maria I e D. Pedro III, retirou o feio chafariz colocado em 1906 e demoliu o aquário da mesma época, então totalmente abandonado e depredado. Foi igualmente retirada toda a hera que recobria as pirâmides de Mestre Valentim, e que estavam desconjuntando as pedras. Como nem tudo é perfeito, retiraram as grades do jardim, datadas de 1858, deixando-o aberto, o que facilitou a consecução de atos de vandalismo e nova decadência do jardim, haja vista a proximidade da Lapa, local de intensíssima vida noturna, motivando depredações.

Na década de 1960, o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, recolocou as grades tiradas em 1938 e ordenou uma restauração em regra do Passeio Público, haja vista as comemorações dos quatrocentos anos da cidade do Rio de Janeiro, em 1965. Vinte anos depois, quando o Passeio completou duzentos anos (1980/83), outra restauração foi feita, recompondo-se melhor o terraço de pedra, sendo reordenados alguns bustos que estavam em seu interior e que atulhavam os jardins. Nos vinte anos seguintes, passou o Passeio Público por novo período de esquecimento. Em 1988, durante a deplorável gestão do Prefeito Roberto Saturnino Braga, época de falência da cidade, roubaram parte dos jacarés de Mestre Valentim, bem como o busto em mármore da Rainha D. Maria I. Tentaram, mas só conseguiram quebrar, parte do chafariz do Menino.

Hoje, no ano 2.000, encontra-se novamente o Passeio Público em lamentável estado de conservação e precisando de urgentes reformas, o que é uma lástima para um jardim que já completou 220 anos de idade.

PONTE DOS JESUÍTAS - BAIRRO JESUÍTAS - SANTA CRUZ

A “Ponte do Guandu” ou, como hoje é conhecida, “Ponte dos Jesuítas”, foi concluída em 1752, com a finalidade de regular o volume das águas das enchentes. Era, de fato, uma ponte-represa. Possui quatro arcos chamados “óculos”, onde passavam as águas do Rio Guandu, que os padres, por meio de comportas de madeira, controlavam, retendo-as ou liberando-as, conforme a ocasião exigisse. Em seu centro, encontra-se contornada por belas esculturas barrocas, a famosa inscrição latina, sobreposta pela cruz e pelas iniciais I.H.S., e a data de sua construção: I.H.S. - “Jesus Salvador dos Homens”. Inscricção latina: “Flecte genu, tanto sub nomine, flecte viator Hic etiam reflua flectitur amnis aqua”. Dobra o joelho sob tão grande nome, viajante. Aqui também se dobra o rio em água refluyente”.

A Ponte dos Jesuítas é prova da capacidade e dos conhecimentos dos padres na área de engenharia, pois, para a época, é uma obra de grande envergadura e diz da vontade daqueles homens que levaram a Fazenda de Santa Cruz a ser a mais evoluída do Brasil-Colônia.

CENTRO DE CAPACIT. FÍS. DO EXÉRCITO E FORTALEZA DE SÃO JOÃO

Na manhã de 1º de março de 1565, o jovem Capitão português Estácio de Sá, desembarcou com 120 brancos e trinta índios na península do morro Cara-de-Cão, na base do Pão-de-Açúcar, para uma importante missão: fundar a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com o objetivo claro de retomar a Baía de Guanabara, desde 1555 em mãos francesas. O desembarque, procedido às pressas, não obedeceu a nenhum protocolo que o de realizar no menor prazo possível um cercado para proteção contra um ataque inimigo, possibilidade que se concretizou alguns dias depois. Neste cercado, em habitações que não se diferenciavam muito de seus adversários tamoios, aliados dos franceses, Estácio resistiu por dois anos, até a reconquista final da Baía, ocorrida após a batalha das canoas, em 20 de janeiro de 1567, vitória que custou a vida de nosso primeiro governador, falecido em consequência de um ferimento recebido no rosto por uma flecha.

Mem de Sá, tio de Estácio e Governador Geral do Brasil desde 1557, transferiu a cidade do estreito morro Cara-de-Cão para o do Castelo, mais bem situado, em posição cavaleira no interior da Baía. Das construções deixadas pelos portugueses na então “vila velha” pouco restou, logo encobertas pelo mato. Entretanto, já em 1601 os portugueses iniciariam uma nova fortificação no morro Cara-de-Cão, importante demais para continuar esquecido. Michel de Lescolles, engenheiro francês, teria sido seu primeiro fortificador, logo substituído pelo engenheiro lusitano Francisco de Frias da Mesquita, que em princípios do século XVII estava construindo fortes em toda a costa brasileira, e passou bom tempo no Rio de Janeiro em 1617. Eram esses fortes simples muros de terra, sem trabalhos em pedra. A idéia tinha o seu porquê. Uma muralha de terra absorvia as balas inimigas, enquanto que a muralha de pedra a faria ricochetear ou estilhaçar, virando cada pedaço um novo balim. O único problema é que quando chovia o forte se esfarelava. Em 1705, o Governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro Morais, colocou uma corrente ligando o morro Cara-de-Cão à Fortaleza de Santa Cruz, em Jurujuba, artifício que logo mostrou sua inutilidade, pois não conseguiu impedir os ataques franceses ao Rio de Janeiro cinco anos depois.

Após os ataques franceses de Duclerc e Duguay Trouin em 1710-11, foi a fortificação reforçada por João Massé, engenheiro francês, passando a ser citada nos documentos coevos como Fortaleza de São João. O Padre jesuíta e engenheiro Domingos Capassi fez-lhe um levantamento em 1730. As principais muralhas de pedra já existiam, mas ainda faltava muito por fazer. Em 1776, o Vice-Rei Marquês de Lavradio encarregou o engenheiro militar Jean Jacques Funck de refazer as muralhas, tendo sido erguida na ocasião a atual defesa, com elegante portada barroca e ponte levadiça. Desartilhada pela Regência Trina em 1831, assim permaneceu até 1863, quando quase entramos em guerra contra o governo de Sua Majestade Britânica devido à prepotência de seu embaixador no Brasil, o intrigante William Dougal Christie. Reparada às pressas pela Comissão de Melhoramentos do Exército, ganhou então os novos fortes de São José e São Teodósio, executados em cantaria aparelhada e concluídos em 1872. Ironicamente, nesse meio tempo, fizemos as pazes com a Inglaterra em 1865, sendo a Fortaleza artilhada com canhões ingleses Armstrong Whitworth.

A Fortaleza de São João atuou contra a esquadra revoltada em 1893-94 e contra a revolta da Fortaleza de Santa Cruz, em 1905. Tendo ainda atuado contra o Encouraçado São Paulo na rebelião de Herculino Cascardo em julho de 1924. Na era Vargas, passou a sediar a

Escola Superior de Guerra, bem como outros estabelecimentos de ensino militar e educação física, perdendo aos poucos seu caráter exclusivamente marcial. Atuou na vigilância do litoral durante a Segunda Guerra Mundial, tendo dado seu último disparo efetivo contra o Cruzador Tamandaré, em novembro de 1955, quando este fugiu barra afora com o Presidente Carlos Luz à bordo, deposto pelo golpe branco do Marechal Lott.

Durante muitos anos ficou muito conhecido seu curso de educação física, aberto ao público, nas férias escolares. Recentemente, foi aberta ao turismo e restaurada, sendo demolidos prédios modernos que “entalavam” as antigas muralhas coloniais. Hoje restaurada, serve a vetusta fortaleza de sede do importante Centro de Capacitação Física do Exército, sendo suas instalações mantidas com muito zelo pela classe militar, como as relíquias mais veneráveis da quadrissecular cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

ARQUITETURA COLONIAL CIVIL

ARCO DO TELLES E CASAS 32/34 - PRAÇA XV DE NOVEMBRO

Antônio Telles Barreto de Menezes nasceu no Rio de Janeiro em 1682, filho do Doutor em artes e filosofia Luís Telles Barreto e de Da. Mônica Godinho. Antônio bacharelou-se em Cânones, em Coimbra, sendo em 1728 Juiz de Órfãos no Rio de Janeiro e, em 1735, Provedor da Irmandade da Misericórdia. Era herdeiro de vasto latifúndio em Jacarepaguá, onde plantava cana de açúcar. Casou-se em 1715 com Da. Catarina Josefa de Andrade, sendo pai de vários filhos. Antônio comprou todo o lado direito do Largo do Paço, contratando o engenheiro militar Sargento-Mór José Fernandes Pinto Alpoim para projetar um correr de casas de aluguel no logradouro que, em 1743, ao sediar o Governador Geral, tornara-se o mais importante da Capitania. Alpoim, por sua vez, terminara naquele ano a obra da Casa dos Governadores, tendo se dedicado à construção de 1743 a 47.

Sobre a travessa do Mercado do Peixe, Alpoim traçou amplo arco abatido para que a mesma não ficasse obstruída pela nova construção, sendo de imediato apelidada de “Arco do Telles”. Antônio Telles faleceu em 1757. No mesmo ano, seu filho mais velho e herdeiro, Francisco Telles Barreto de Menezes, Bacharel em Cânones como o pai e igualmente Juiz de Órfãos, alugou uma das casas, próxima à rua Direita para o Senado da Câmara, nela permanecendo até 1790. O Senado da Câmara era o título que o Governador Conde de Bobadela obtivera de Lisboa para galardoar a velha Câmara de Vereadores, igualando-a, em titulação, à da Metrópole.

O térreo das casas dos Telles de Menezes, por sua vez, eram alugados a diversos lojistas que ali exerciam os mais diferentes negócios de secos e molhados. No dia 20 de julho de 1790, na loja térrea próxima à rua Direita, onde existia uma venda de objetos usados do português Francisco Xavier, mais conhecido pela alcunha de “O Caga Negócios”, irrompeu violento incêndio que destruiu o prédio, matando Xavier e um jovem ajudante. O fogo passou para o andar superior, consumindo o arquivo do Senado da Câmara, perdendo-se assim toda a documentação referente aos primórdios da cidade. No século XIX, o Vereador Haddock Lobo, ao averiguar os registros do incêndio feitos pelo Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, concluiu que o sinistro fora criminoso, pois alguns documentos não foram perdidos e o arquivo incinerado era, em sua maior parte, relativo às propriedades fundiárias e seus respectivos impostos. Após o incêndio, as casas e Arco do Telles atravessaram por longo período de decadência. Era o Arco do Telles em fins do século XVIII um antro de prostituição e, apesar de nele existir um oratório dedicado à Nossa Senhora dos Prazeres, as cenas ali ocorridas eram tão vergonhosas que levou um morador das redondezas, Manoel Machado de Oliveira, a remover a imagem da santa para a Igreja de Santo Antônio dos Pobres, onde ainda se encontra.

Das mais famigeradas figuras que freqüentavam o Arco em fins do século XVIII, ficou conhecida a da prostituta Bárbara dos Prazeres. Bárbara quando jovem se casou duas vezes e, diz-se, matou seus dois maridos. À partir daí, caiu na vida, prostituindo-se no Arco do Telles. Prostituta famosa, possuía clientela vasta, que começou a perder quando do avanço de sua idade. Desesperada, passou a freqüentar casas de feiticeiros e pagés atrás de uma fórmula que impedisse o avanço de sua idade. Alguém lhe ensinou uma beberagem que seria feita com sangue de crianças. Bárbara passou a perseguir famílias de mendigos atrás de crianças para matar. Esperava sorratamente na Roda dos Expostos, atrás de crianças abandonadas. O que se sabe de verídico é que Bárbara, apelidada de “Onça”, viveu muitíssimos anos, existindo registros policiais seus que vão desde 1809 até 1830. Era proprietário daquelas casas nesse período, desde 1806, o Dr. Luís Telles Barreto de Menezes, o qual, depois que casou em 1810 não deu muita atenção a essas casas de aluguel, permitindo que o uso fosse residencial fosse desvirtuado, originando daí a decadência do imóvel.

Bárbara desapareceu da história em 1830. Nessa ocasião, acharam um cadáver feminino boiando na praia. Alguns afirmaram que era Bárbara, mas outros não a reconheceram. Se realmente obteve uma fórmula de rejuvenescimento, talvez ainda esteja entre nós, quiçá, talvez, ainda freqüentando a noite carioca. A herdeira das casas em 1826, Da. Ana Maria Telles Barreto de Menezes, não se interessando em manter propriedades tão decadentes, vendeu-as a diversos negociantes.

Em 1827, as casas dos Telles próximas à rua Direita foram transformadas no “Hotel de France”, um dos mais bem afamados estabelecimentos hoteleiros do Rio de Janeiro no Segundo Império e ponto de hospedagem obrigatória de todos os viajantes ilustres que visitaram nossa cidade no século XIX. Durou até os primeiros anos da República. Era seu vizinho desde 1830 o “Hotel do Fanha”, este, por sua vez, de péssima reputação. Em 1860, estabeleceu-se no térreo do “Hotel do Fanha” a loja da “Tabacaria Africana”, ainda hoje existente.

Na República, as casas dos Telles de Menezes atravessaram enorme decadência, o que levou o Prefeito Pereira Passos em 1905 a mandar intervir policialmente no local para dissolver as frequentes balbúrdias provocadas por bêbados e vagabundos. Demolidas as casas depois de 1930, em 1955 as duas últimas restantes, bem como o Arco do Telles foram adquiridos pelo industrial e mecenas Raymundo Ottoni de Castro Maia, que os restaurou às suas linhas primitivas e construiu o moderno edifício Arco do Telles, projetado em 1963 pelo arquiteto Francisco Bologna, e que aproveitou inteligentemente os casarões e o Arco para fins comerciais, sem desvirtuamento da arquitetura colonial.

Os dois casarões e o Arco do Telles são tombados pelo IPHAN.

CONJUNTO ARQUITETÔNICO - RUA GONÇALVES LEDO - CENTRO

Conjunto formado por quatro prédios de três pavimentos, correspondentes aos nos. 5, 5^a, 5b, 7 e 11, construídos nos primeiros anos do século XIX, mas com toda a tipologia colonial. Beirais em massa, telhas capa-e-canal, janelas em alvenaria de gnaiss e arco abatido, paredes em pedra-e-cal com revestimento em massa.

Devem ter sido construídos logo em 1808, na antiga rua São Jorge, depois rebatizada Gonçalves Ledo, haja vista a premência de habitações na cidade ocorrida com a chegada da Família Real. Pertenciam, em 1877, a Agostinho Gonçalves Guimarães, Rita Paulina da Costa Nogueira, Joaquim Jácomo de Abreu e Silva e Bruno Telles de Menezes Vasconcellos. Hoje, são ocupados por pequenas lojas e habitação coletiva.

São todos tombados pelo IPHAN, como único conjunto urbano colonial sobrevivente na cidade.

CASA DE BANHOS DE D. JOÃO VI - RUA PRAIA DO CAJU, 385

Aponta do Caju pertenceu do século XVI até 1759 aos padres jesuítas, quando foi então desapropriada pelo governo e leiloadada em lotes, pelo Vice-Rei Conde da Cunha, depois de 1763. Em 1817 pertencia a José de Gouveia Freire, quando foi adquirida por D. João, que a rebatizou para "Quinta Real do Caju". Próximo à praia, existia uma casa que pertencia à família Tavares Guerra, que tinha relações com a família real em Portugal, onde exercia o comércio de vinhos na cidade do Pôrto. Com a decretação do monopólio da coroa portuguesa na comercialização do vinho, a família Tavares Guerra emigrou para o Brasil e se tornou importante comerciante de café. Por esta antiga ligação supõe-se que, em 1817, foi oferecida a casa a Dom João VI, como ponto de apoio para seus banhos.

A história dos banhos de D. João beira ao anedotário, não fosse a confirmação por testemunhos contemporâneos. Conta-se que D. João, que nunca foi muito afeito a hábitos higiênicos, foi picado por um carrapato na perna esquerda, quando estava descansado na Fazenda Real de Santa Cruz, no verão de 1811. Por falta de cuidados, o ferimento infeccionou. Consultado o médico do paço, este recomendou que D. João lavasse o dito ferimento por algum tempo. Por negligência do próprio Rei, este procedimento foi interrompido logo depois, retornando a infecção, agora mais resistente a tratamentos. Após nova consulta, recomendou o médico que D. João em vez de apenas lavar a perna, tomasse logo um banho completo de imersão, notícia que causou certa comoção nos meios palacianos, haja vista a aversão que a família real tinha dos banhos, considerados àquela época hábito de gente vulgar (conta-se, que até aquela data, D. João não tomara nenhum banho completo de imersão).

D. João protelou a decisão por seis anos, até que, não resistindo a dor, agora agravada por uma erisipela, em 1817 tomou seu banho na praia do Caju, escolhida não só pela proximidade do Palácio Real como também pelo alto teor de iodação de suas águas. Ao que relata a viajante Rose de Freycinet, D. João usou a casa da família Tavares Guerra para trocar suas pesadas vestes por outra mais leve. Entrou numa barrica furada que foi abaixada até a água por sua guarda pessoal, por alguns minutos. D. João temia o ataque de caranguejos à sua pessoa, daí a precaução. Até prova documental em contrário, foi esse o banho tomado e só.

Uma vez curado, pagou promessa na Capela de São Roque, padroeiro dos perebentos, em Paquetá, tendo-se tomado igualmente lendária esta ida real à "Ilha dos Amores".

Quanto ao solar, com 210m², foi ampliado em 1833 pelo negociante de café Antônio Tavares Guerra, o mesmo que em 1859 fundou a Empresa Imperial Companhia de Navegação à Vapor São Cristóvão e Caju. Por esta época foi construído o casarão anexo, sobrado em estilo neoclássico. O dito solar ficou na mesma família até 1890, quando passou ao comerciante Belmiro Rodrigues, dono da Ilha da Pombaba. No ano de 1937 a residência foi vistoriada pelo arquiteto Carlos Leão, que a tombou pelo SPHAN no ano seguinte. Em 1961 foi desapropriada pelo Governador Carlos Lacerda, passando a servir de depósito do Departamento de Limpeza Urbana. Em 1996, passou a abrigar o Museu da Limpeza Urbana, da COMLURB.

FAZENDA DO VIÉGAS - RUA RIO DA PRATA - SENADOR CAMARÁ

A fazenda data do século XVIII, fundada por Lucas do Couto Viégas, e depois passada a seu filho, de idêntico nome. No local, além do plantio de cana de açúcar, os negros africanos doentes e fracos se recuperavam da viagem em navios negreiros da África para o Brasil, antes de serem vendidos.

Quando viajava para São Paulo, D. Pedro I passava pela atual Avenida Santa Cruz. Como a propriedade rural ficava perto, ele costumava descansar lá.

O casarão, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem quatro alcovas, uma sala, um pátio, uma varanda, uma capela, um engenho d'água e uma senzala. Durante anos, o ex-prefeito do Distrito Federal Alim Pedro, residiu lá. Posteriormente, o lugar ficou abandonado. A Fazenda do Véguas foi arrendada pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, por solicitação da Subprefeitura da Zona Oeste, onde atualmente está instalada a sede da Coordenadoria Geral AP 5.1.